

# economia

## Oficializada contenção de R\$ 15 bi no orçamento

Estimativa para o déficit primário no ano subiu para R\$ 32,6 bilhões

/ CONJUNTURA

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento confirmaram ontem a contenção de R\$ 15 bilhões em despesas discricionárias no orçamento deste ano para cumprir o limite de gastos do novo arcabouço fiscal. Como já havia sido antecipado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, são R\$ 11,2 bilhões em bloqueio, por causa da elevação das despesas, e R\$ 3,8 bilhões de contingenciamento, por causa da frustração de receitas e já considerando questões como a compensação da desoneração. Com a nova contenção, não há mais folga para o limite de gastos do arcabouço.

O relatório também revisou a estimativa do resultado primário para 2024 de déficit de R\$ 14,5 bilhões para R\$ 32,6 bilhões. A meta de resultado primário do Governo Central deste ano é de resultado neutro, de 0% do PIB, conforme estabelecido pelo novo arcabouço fiscal, que prevê uma banda de tolerância de 0,25 ponto porcentual. Para ficar dentro do limite inferior da banda, que é de R\$ 28,8 bilhões, o governo promoveu o contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões. O orçamento proposto pelo governo previa um pequeno superávit de R\$ 2,8 bilhões.

A projeção da equipe econômica para as receitas primárias totais da União neste ano caiu de R\$ 2,704 trilhões para R\$ 2,698 trilhões. Já a estimativa para a receita líquida – livre de transferências para os governos regionais – passou de R\$ 2,181 trilhões para R\$ 2,168 trilhões neste ano.

Do lado das despesas primárias, a previsão de gasto total em 2024 saltou de R\$ 2,209 trilhões para R\$ 2,230 trilhões. Com as revisões deste relatório, o volume de gastos obrigatórios passou de



Serão R\$ 11,2 bilhões em bloqueios e R\$ 3,8 bi em contingenciamento

R\$ 2,00 trilhões para R\$ 2,029 trilhões, enquanto as despesas discricionárias variaram de R\$ 208,8 bilhões para R\$ 200,4 bilhões neste ano. Como ocorre em todo processo de elaboração do relatório de avaliação bimestral de despesas e receitas, o governo primeiro fixa o valor que deverá ser congelado e, depois, esse montante é repartido entre as áreas. Os efeitos macro do bloqueio e contingenciamento serão detalhados em entrevista coletiva nesta segunda-feira. Já o detalhamento do impacto por pasta deve ocorrer só na semana seguinte, como de praxe, quando um decreto com o congelamento por área é publicado no Diário Oficial.

“O detalhamento da contenção, por órgão, constará de anexo ao Decreto de Programação Orçamentária e Financeira a ser publicado no próximo dia 30/07. Após a publicação do decreto, os órgãos terão cinco dias úteis para indicar as programações a serem bloqueadas ou contingenciadas”, informou o Planejamento.

A previsão de gastos com benefícios previdenciários em 2024 subiu R\$ 5,3 bilhões, para R\$ 923,1

bilhões. O documento traz revisões em expectativas de receitas e nas projeções de gastos até o fim deste ano, na comparação com o relatório do segundo bimestre, publicado em maio.

O presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Alessandro Stefanutto, havia antecipado ao que a projeção seria elevada neste documento bimestral. A projeção para os pagamentos de pessoal e encargos sociais também cresceu, em R\$ 1 bilhão, para R\$ 373,8 bilhões. Os valores estimados para o pagamento de precatórios e sentenças judiciais se estabilizaram, em R\$ 35 bilhões.

Pelo lado da arrecadação, a estimativa para as receitas com dividendos de estatais teve elevação de R\$ 400 milhões, para R\$ 58,3 bilhões. Já as receitas previstas com concessões tiveram queda de R\$ 900 milhões, para R\$ 24,3 bilhões. O relatório também mostra que a projeção para arrecadação com royalties neste ano retraiu R\$ 300 milhões para R\$ 118,3 bilhões.

A equipe econômica ampliou a projeção para o câmbio médio deste ano passou de R\$ 5,04 para R\$ 5,20, refletindo um período de maior volatilidade do real.

## Rio Grande do Sul puxa elevação de gastos

Em relação aos gastos, o relatório prevê aumento de R\$ 20,7 bilhões, puxadas principalmente pelas ajudas ao Rio Grande do Sul. As despesas obrigatórias foram revisadas para cima em R\$ 29 bilhões, dos quais R\$ 14,2 bilhões destinam-se a medidas para a reconstrução do Estado.

Como o relatório anterior, publicado em maio, já incorporava R\$ 13,8 bilhões, o total de créditos extraordinários concedidos até agora para a reconstrução do Rio Grande do Sul chega a R\$ 29 bilhões.

Por serem consideradas créditos extraordinários, as despe-

sas com o Rio Grande do Sul não estão sujeitas à meta de resultado primário nem aos limites de gastos do arcabouço fiscal. Os gastos discricionários foram revisados para baixo em R\$ 8,3 bilhões, resultando no crescimento final de R\$ 20,7 bilhões nas despesas federais.

## Arrecadação no mês de junho registrou aumento real de 11,02%

O secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, informou que arrecadação de junho registrou uma elevação real de 11,02% na comparação com o mesmo mês em 2023, com um avanço nominal de 15,72%. De janeiro a junho, a entrada de receitas cresceu, descontada a inflação, 9,08%. O dado nominal no acumulado do ano foi de 13,6%.

Para o secretário, as receitas atingiram as metas previstas para junho. “Foi boa, vamos detalhar na quarta-feira, mas tivemos um aumento em relação a 2023”, disse Barreirinhas.

Barreirinhas avaliou que, embora a arrecadação do governo apresente uma boa perfor-

mance, o resultado ainda está “um pouco inferior” ao necessário para cobrir as despesas por causa de frustrações, em especial de desonerações.

Ele destacou que no atual Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, pesou em especial o benefício previdenciário concedido aos municípios, que retirou R\$ 5,2 bilhões da projeção de receitas previdenciárias para o ano.

Além disso, a equipe econômica já tinha incorporado anteriormente o custo da desoneração da folha de 17 setores. No total, segundo Barreirinhas, a renúncia das duas políticas é de cerca de R\$ 25 bilhões.

## Focus revê previsão da inflação de 4% para 4,05% em 2024

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a inflação oficial do país - teve aumento, passando de 4% para 4,05% este ano. A estimativa está no Boletim Focus de ontem, pesquisa semanal do Banco Central (BC).

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 no patamar que está hoje, em 10,5% ao ano. Para o fim de 2025, a estimativa é de que a taxa básica caia para 9,5% ao ano. Para 2026 e 2027, a previsão é que ela seja reduzida, novamente, para 9% ao ano, para os dois anos.

A projeção das instituições financeiras para o crescimento da

economia brasileira neste ano subiu de 2,11% para 2,15%. Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - é de crescimento de 1,93%. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 2%, para os dois anos.

Superando as projeções, em 2023 a economia brasileira cresceu 2,9%, com um valor total de R\$ 10,9 trilhões, de acordo com o IBGE. Em 2022, a taxa de crescimento foi 3%.

A previsão de cotação do dólar está em R\$ 5,30 para o fim deste ano. No fim de 2025, a previsão é que a moeda americana fique em R\$ 5,23.

### Projeções

#### IPCA



#### Selic



#### Câmbio



#### PIB

